



**Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Oswaldo Cruz
Curso de Especialização em Ensino em Biociências e Saúde**

**As atividades educativas de alunos multiplicadores do Projeto Saúde e Prevenção nas
Escolas de um colégio da região metropolitana do Rio de Janeiro**

Andreia Nunes Costa Ciarlini

Orientadora

Dra. Simone Monteiro

Rio de Janeiro, 2015

Andreia Nunes Costa Ciarlini

**As atividades educativas de alunos multiplicadores do Projeto Saúde e Prevenção nas
Escolas de um colégio da região metropolitana do Rio de Janeiro**

Monografia apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de especialista em Ensino em
Biotecnologia e Saúde, Curso de Especialização em
Ensino em Biotecnologia e Saúde, pelo Instituto
Oswaldo Cruz/FIOCRUZ.

Rio de Janeiro

Data: ___/___/2015

Assinatura do Aluno

Assinatura do Orientador

RESUMO

O projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) foi lançado em 2003 com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades e contribuir para a promoção da saúde de jovens, por meio de ações no contexto da rede pública de ensino sobre saúde integral, sexualidade, gravidez na adolescência, prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (DST/Aids), gênero e diversidade sexual. No âmbito do projeto SPE, o Grupo Gestor Estadual do Rio de Janeiro (GGE-RJ) realizou cursos de capacitação sobre sexualidade, saúde e reprodução para jovens multiplicadores (responsáveis pela realização de atividades sobre saúde e prevenção dentro de sua unidade escolar) de um colégio da rede estadual de um município do estado do Rio de Janeiro. Essa unidade de ensino atua principalmente, com o Ensino Médio nas modalidades de formação geral e curso normal (antiga formação de professores). Durante o período de dois anos (2010-2011) foram realizados 03 cursos, envolvendo 10 alunos, de ambos os sexos, na faixa de 15 a 19 anos. O presente estudo analisou as atividades desenvolvidas por 05 jovens multiplicadores do referido colégio ao longo dos anos de 2010 a 2012, através de entrevistas semiestruturadas com estes multiplicadores e a análise dos documentos e dos materiais produzidos pelos jovens, como, por exemplo, os relatórios durante as atividades práticas trabalhadas. Segundo os relatos dos jovens, o curso de formação favoreceu o conhecimento e o diálogo sobre diversidade de gênero, direitos reprodutivos e DST/Aids. Foi destacada a importância do depoimento de pessoas com HIV/Aids, bem como os benefícios de conhecer a realidade de outras escolas. Após a capacitação foram realizadas atividades diversificadas (aplicação de questionário, oficinas, distribuição de materiais) sobre sexualidade, reprodução e prevenção das DST/Aids com alunos e docentes da escola. As atividades estimularam a busca de diálogo e de informação dos alunos sobre os assuntos abordados, bem como o cadastramento no posto de saúde local para recebimento de métodos preventivos e contraceptivos (camisinha, pílulas, dispositivo intrauterino-DIU). A análise de dados do município indicou um aumento na procura, pelos adolescentes, por exames laboratoriais nas unidades de saúde associados à reprodução e à prevenção das DST/Aids. Os resultados apontam que o maior entrave encontrado pelos jovens multiplicadores foi relacionado à resistência e à dificuldade de alguns alunos e professores para falar sobre sexualidade, principalmente, por questões religiosas ou falta de conhecimento. Ainda prevalece a visão de que a educação sexual deve ser abordada apenas pelos professores das disciplinas de Ciências e Biologia da escola. Nesse contexto, nossos resultados indicam que o projeto SPE é oportuno e promissor por contribuir para

atividades e debates sobre sexualidade, saúde e prevenção das DSTs no ambiente escolar. O envolvimento da direção, de demais docentes, de pais e de profissionais das unidades de saúde e do movimento social no projeto pode reduzir os entraves e potencializar seus resultados.

Palavras-chave: escola, gênero, jovens, prevenção das DSTs, sexualidade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
Objetivo.....	11
Objetivos específicos.....	11
CAPÍTULO I - AÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	12
1.1 Cronologia das ações sobre educação sexual	12
1.2 O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE): origem e características.....	13
CAPÍTULO II- METODOLOGIA	16
2.1 Local de pesquisa e universo do estudo	16
2.2 Procedimentos metodológicos.....	17
2.3 Local da entrevista	18
CAPÍTULO III- RESULTADOS E DISCUSSÃO	19
3.1 Perfis dos jovens e motivação para o projeto	19
3.2 Visões dos jovens sobre capacitação.....	21
3.2.1 Mary	21
3.2.2 Rick	22
3.2.3 Débora	22
3.2.4 Joana	23
3.2.5 Ana Paula	23
3.3 Atividades desenvolvidas pelos jovens	24
3.3.1 Aplicação de questionários entre os alunos.....	24
3.3.2 Atividades educativas.....	25
3.4 Visão dos jovens sobre as atividades realizadas	27
CAPÍTULO IV- CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

APÊNDICES	36
APÊNDICE 1- Roteiro da entrevista.....	36
APÊNDICE 2- Questionário aplicado na unidade escolar.....	38
APÊNDICE 3- Resultados obtidos no primeiro questionário aplicado à 320 alunos do colégio estudado.....	39
ANEXOS	42
ANEXO 1- Autorização para a pesquisa.....	42
ANEXO 2- Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	43
ANEXO 3- Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- | | |
|---------------|--|
| 1) AIDS | Síndrome de Imunodeficiência Adquirida |
| 2) CLAM | Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos |
| 3) CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| 4) DST | Doenças Sexualmente Transmitidas |
| 5) DIU | Dispositivo Intrauterino |
| 6) GDE | Gênero e Diversidade na Escola |
| 7) GGE | Grupo Gestor Estadual |
| 8) GGF | Grupo Gestor Federal |
| 9) GGM | Grupo Gestor Municipal |
| 10) HIV | Vírus da Imunodeficiência Humana |
| 11) IBGE | Instituto Brasileiro |
| 12) LDB | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| 13) LGBT | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros |
| 14) NEJA | Nova Educação de Jovens e Adultos |
| 15) OMS | Organização Mundial de Saúde |
| 16) PCN | Parâmetros Curriculares Nacionais |
| 17) PNLD | Programa Nacional do Livro Didático |
| 18) PSE | Programa Saúde nas Escolas |
| 19) PPP | Projeto Político Pedagógico |
| 20) SEEDUC-RJ | Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro |
| 21) SPE | Saúde e Prevenção nas Escolas |
| 22) UF | Unidade Federativa |
| 23) UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura |
| 24) UNFPA | Fundo de População das Nações Unidas |
| 25) UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |

INTRODUÇÃO

A sexualidade faz parte de todo ser humano desde seu nascimento até a sua morte. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS),

a sexualidade é um aspecto central de experiência humana ao longo da vida e abrange o sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução (...). A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, étnicos, legais, históricos, religiosos e espirituais (2000, p.493).

A discussão sobre a inclusão da temática sexualidade nas escolas brasileiras se intensificou a partir de meados dos anos 1980 em virtude da preocupação dos educadores com a grande incidência de gravidez não planejada e com o risco da infecção pelo HIV entre os jovens. Segundo dados do boletim epidemiológico (2012), o Brasil, até junho de 2012, possuía 656.701 casos registrados de HIV/AIDS, com notificação em 2011 de 38.776 casos, com taxa de incidência de 20,2 por 100 mil habitantes no país. O número de homens infectados ainda é maior que o de mulheres; mas, essa razão vem diminuindo desde 1998, chegando atualmente a 1,7 casos de AIDS em homens para 1 caso em mulheres (Boletim Epidemiológico 2012).

A faixa etária que reúne maior número de casos de AIDS, em ambos os sexos, ainda é de 25 a 49 anos de idade. Mas, segundo os dados do Boletim epidemiológico (2012), na faixa etária de 13 a 19 anos, o número de casos de AIDS entre as mulheres é maior. Essa inversão vem sendo observada desde o ano de 1998, sendo a suscetibilidade devido ao início precoce da vida sexual, na maioria das vezes com homens mais velhos e a violência sexual, tanto pelo abuso sexual quanto pela exploração sexual. Os casos de HIV/AIDS em meninos na faixa etária de 17 a 20 anos, apontam como principais vulnerabilidades o grau baixo de escolaridade e o grande número de parceiros sexuais. Vale ressaltar que o número de casos tem crescido entre jovens, particularmente, entre homens com práticas homo e bissexuais (Boletim epidemiológico 2012).

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), doravante denominados de PCNs, ao se abordar a Orientação Sexual, é necessário considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, relacionando o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Conhecer e adotar práticas de sexo seguro, desde o início de seus relacionamentos, permite ao jovem uma maior consciência para tomar decisões a respeito de sua própria sexualidade. Ainda de acordo com os PCNs, a escola é um veículo social importante para construção de uma sociedade democrática. Logo, os jovens

devem participar das decisões que ocorrem no cotidiano da escola, como por exemplo, na elaboração de um plano de ação em saúde, que pode ser incluído no Projeto Político Pedagógico (PPP), visando à compreensão dos processos de transformações sociais e ao aprendizado de conhecimentos e de valores (BRASIL, 1998). Nos PCNs, também se afirma que os pais reivindicam que a orientação sexual seja abordada nas escolas, pois reconhecem não só a sua importância para os jovens, como a dificuldade de falar abertamente sobre o assunto em casa (BRASIL, 1998). Na prática, todas as famílias realizam, de uma forma ou de outra, a educação sexual das crianças e dos jovens, quer seja pela recomendação através de cuidados, por expressões, por gestos ou até mesmo devido às proibições estabelecidas.

O trabalho sistemático de Orientação Sexual dentro da escola está articulado com a promoção da saúde desses jovens. No entanto, somente a informação *per se* não é suficiente para garantir a adoção de comportamentos preventivos (MONTEIRO, 2002). As ações educativas continuadas, que oferecem possibilidades de elaboração das informações recebidas, da discussão dos obstáculos emocionais e culturais e da participação do jovem nas tomadas de decisões, podem favorecer a adoção de condutas preventivas.

Em convergência com os PCNs, em 2003, foi lançado o projeto SPE por meio de decreto dos Ministérios da Saúde e da Educação. Desenvolvido em parceria com a UNESCO, a UNFPA e a UNICEF, o projeto SPE tem o objetivo de contribuir para a sustentabilidade de uma política de educação e de saúde, articulada ao PPP da escola. O campo de atuação do Projeto compreende as temáticas: direitos sexuais e reprodutivos; prevenção das DST/Aids; gravidez na adolescência; redução de preconceitos e estigmas relacionados à raça, à etnia e à orientação sexual; e à promoção da igualdade de gênero. O projeto espera atender as demandas dos jovens e dos adolescentes nas escolas e envolver toda a comunidade escolar na promoção de ações em saúde sexual e saúde (tirar a palavra saúde) reprodutiva e em educação para a juventude (GGE- RJ, 2009). Segundo dados do Ministério da Saúde, os sistemas de ensino abrigam aproximadamente 62% da população na faixa de 10 a 24 anos de idade (2010).

É importante ressaltar que o projeto SPE tem como eixo estruturador de suas ações a integração dos setores saúde-educação. Por isso, o compromisso dos gestores, responsáveis pelas políticas governamentais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), é fundamental para a implementação do projeto, bem como para a consolidação de uma política pública de prevenção e de promoção à saúde nas escolas. A ação inter setorial no nível federal, através do Grupo Gestor Federal (GGF), conta com a participação de representantes dos Ministérios da Saúde e da Educação, da UNESCO e do UNICEF, que se reúnem

sistematicamente para trabalhar as diretrizes, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Projeto.

Nesse contexto, para dinamizar e orientar as ações do Projeto SPE no estado do Rio de Janeiro foi instituído o Grupo Gestor Estadual (GGE), composto por membros da Secretaria de Estado da Saúde e da Defesa Civil (Assessoria de DST/AIDS e Área de Saúde do Adolescente e do Jovem – ASAJ), da Secretaria de Estado de Educação (Coordenação de Prevenção e de Promoção em Saúde), da Unesco/RJ e de instituições que trabalham com a temática da prevenção das DST/AIDS, bem como por jovens estudantes e de movimentos sociais.

O GGE é responsável pela articulação e formação das equipes que compõem o Grupo Gestor Municipal (GGM) e pela coordenação geral, bem como o acompanhamento e a avaliação das atividades desenvolvidas pelo projeto SPE. A implementação do projeto SPE no estado do Rio de Janeiro foi realizada através da criação de 09 Polos Regionais do SPE, inter setoriais e interinstitucionais, que abrangem as 29 Coordenadorias Regionais de Ensino – SEEDUC/RJ e os municípios que as compõem (GGE, 2010). No âmbito do município, o SPE é representado pelo GGM, formado por representantes da saúde, da educação e de outras secretarias e instituições (Universidades, Organizações da Sociedade Civil, Conselhos, Secretarias da Cultura, Ação Social, Justiça, Esporte e Lazer, entre outras) que desenvolvam atividades com a população jovem, bem como por organizações juvenis. O apoio das secretarias de saúde e educação é fundamental para a constituição do GGM.

Como resultado do projeto SPE no estado do Rio de Janeiro, o GGE-RJ realizou cursos de capacitação sobre sexualidade, saúde e reprodução para jovens multiplicadores da rede pública de ensino nos diversos municípios do estado. Esses alunos multiplicadores, ao retornarem para suas unidades escolares, deveriam realizar o levantamento das dúvidas e dos assuntos relacionados às vulnerabilidades desses jovens da unidade escolar, quanto as DST/Aids e a gravidez não planejada, a serem abordados na sua escola. De acordo com as diretrizes do projeto SPE, a educação entre pares é um processo de ensino e de aprendizagem em que os jovens atuam como facilitadores (as) de ações e de atividades com e para outros jovens, ou seja, os pares. Dessa forma, eles se tornam responsáveis tanto pela troca de informações, quanto pela coordenação de atividades de discussão e de debate junto aos seus pares.

Tive conhecimento do projeto SPE como professora do Ensino Médio da disciplina de Biologia no colégio estudado onde atuo principalmente no Ensino Médio, nas modalidades de formação geral e de curso normal (antiga formação de professores). No âmbito do projeto

SPE, atuei como mediadora das ações do grupo de alunos após a capacitação destes alunos, nos anos de 2010 e 2011, nas cidades do Rio de Janeiro e Nova Friburgo, respectivamente. Minha principal função foi a de ajudar o grupo a desconstruir ideias preconceituosas e atitudes discriminatórias associadas à diversidade sexual, gêneros, cor da pele. Além de observar e ajudar aos alunos na montagem dos questionários que seriam aplicados aos alunos da unidade escolar sobre as principais dúvidas relativas à sexualidade, que ajudariam a formular as ações a serem aplicadas nos anos de 2011 e 2012. Como professora da disciplina de Biologia e como mediadora do projeto SPE tornou-se uma referência para diálogo referente à sexualidade e à saúde, pelos alunos.

Com o intuito de contribuir para a qualificação e o incremento das ações sobre saúde sexual e reprodutiva no contexto escolar, resultantes do SPE, o presente projeto objetiva a análise das atividades desenvolvidas por multiplicadores.

Objetivos

Analisar as atividades educativas desenvolvidas por um grupo de jovens multiplicadores do projeto SPE numa unidade de ensino no estado do Rio de Janeiro durante os anos de 2010 e 2012.

Objetivos específicos

- Descrever o perfil dos jovens multiplicadores do colégio estudado;
- Descrever as ações educativas desenvolvidas pelos jovens multiplicadores, a partir da capacitação do projeto SPE, voltadas para os alunos da unidade escolar estudada durante os anos de 2010 a 2012;
- Analisar os documentos ou materiais produzidos sobre as ações dos jovens multiplicadores relacionados às atividades do projeto SPE.

Através deste estudo, propomos a apresentação de uma análise relacionada às ações de jovens multiplicadores, formados pelo projeto SPE, sobre saúde sexual e reprodutiva no contexto de uma unidade de ensino, capaz de identificar as suas potencialidades e seus limites bem como orientar as ações futuras. Para tanto, o objetivo inicial é, apresentar uma cronologia da educação sexual no Brasil, assim como as características do programa PSE e do projeto SPE. Em seguida, serão descritos os procedimentos metodológicos utilizados no estudo, incluindo a definição do grupo e os instrumentos utilizados, como também os achados, as conclusões e as recomendações.

Capítulo I- Ações sobre educação sexual nas escolas brasileiras

1.1 Cronologia das ações sobre educação sexual

Não sabemos ao certo quando surgiram as primeiras experiências de ensino e de aprendizagem sobre a sexualidade e a saúde reprodutiva. Autores como SAYÃO (1997) pontuam que a educação sexual surgiu na França, aproximadamente na metade do século XVIII, com o objetivo de combater a masturbação. Nesse mesmo século, a Suécia se pronunciou favorável ao ensino desse tema nas escolas, organizando as primeiras conferências públicas sobre as funções sexuais (SAYÃO, 1997).

No caso do Brasil, optamos por apresentar uma descrição panorâmica das ações sobre sexualidade no âmbito escolar, desenvolvida pelo GGE-RJ/SPE (2010), visando identificar, cronologicamente, os fatos que tem influenciado a abordagem deste tema no contexto formal de ensino.

Em 1920 é ressaltada a tentativa da feminista Berta Luz de implementar o ensino oficial de educação sexual. Contudo, apenas em 1970 foi promulgada a Lei nº 5692/1971, que tratava das ações de educação sexual como de responsabilidade dos orientadores educacionais ou dos professores da área de ciências ou de programas de saúde (GGE-RJ, 2010).

Já em 1974, o Conselho Federal de Educação, sob o parecer nº 2264/74, legitima o ensino de educação sexual como responsabilidade dos programas de saúde. A partir desse momento uma série de ações foi tomada por estados e municípios, no que concerne à educação sexual. Foi em 1989 que a Secretaria de Educação de Pernambuco organizou o Projeto de Educação Sexual para a comunidade Escolar. Em São Paulo, durante o ano de 1989, foi incluído um programa optativo de educação sexual para alunos, funcionando antes e depois das aulas regulares. Mas, foi apenas em 1990 que o município de Porto Alegre implementou programas de educação sexual em escolas. Somente com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996) e com a publicação dos temas transversais dos PCNs em 1998, a educação sexual foi incluída de forma transversal em todas as disciplinas e não apenas nas aulas de Ciências e Biologia (GGE-RJ, 2010).

Além disso, a publicação dos temas transversais e do Plano Nacional de Educação (2001) permitiu o surgimento, em 2003, do Projeto SPE, com o lançamento da campanha “na escola toda discriminação deve ser reprovada”.

As recomendações para a abordagem de gênero e ao enfrentamento da homofobia na avaliação e da seleção de obras didáticas (PNLD, 2010) iniciaram após I Conferência

Nacional de gays, de lésbicas, de bissexuais, de travestis e de transexuais (LGBT) em 2008. Nesse período, tem início na rede pública de ensino o projeto SPE, com ações dirigidas aos alunos, que visam à formação de jovem multiplicador que poderão auxiliar na detecção de vulnerabilidades dentro do ambiente escolar e à melhor forma de atuação na abordagem do tema.

Outra ação dirigida para formar educadores da rede pública sobre os temas previstos nos PCNs foi o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que resultou na parceria entre a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, o British Council, o Ministério da Educação, a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) do Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O curso se caracteriza por ser a distância e conta com tutores online que acompanham as atividades realizadas pelos alunos dos cursos. Após uma experiência piloto, no final do ano de 2006, o curso foi adequado e tem sido disponibilizado por instituições públicas de ensino superior do país, através do sistema da Universidade Aberta do Brasil (CARRARA *et al*, 2010).

A escola é reconhecida como um veículo social importante para construção de uma sociedade democrática, sendo um espaço de transformações sociais, de constituição de conhecimentos e de valores e de promoção da saúde, visando à redução das chamadas vulnerabilidades já descritas anteriormente (BRASIL, 1998).

1.2 O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE): origem e características

Desde 1995 o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação têm reunido esforços para que os temas em saúde sexual e em saúde reprodutiva sejam trabalhados nas escolas (BRASIL, 2006). Desse trabalho integrado nasceu o “Projeto Escolas” que iniciou as ações apoiando projetos em 16 Unidades Federativas do Brasil (UF) de maior importância para a epidemia, entre 1994 e 1999. Entre 1999 e 2000, o projeto expandiu as estratégias para todas as UF (27) por meio do programa “Salto para o Futuro” que atingiu aproximadamente 250 mil professores e mais de 9 milhões de alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Em agosto de 2003, no município de Curitiba, aconteceu o lançamento oficial do projeto “Saúde e Prevenção nas Escolas” com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades já mencionadas anteriormente e contribuir para a promoção da saúde de adolescentes e de jovens, por meio de ações de reflexão sobre a saúde integral, a sexualidade e a gravidez não planejada. Como elemento inovador ocorreu a disponibilização de preservativos nas unidades

de ensino e a integração entre as escolas e as unidades básicas de saúde, respeitando a autonomia dos sistemas educacionais, bem como a participação da comunidade no processo.

No Brasil, a idade média da iniciação sexual está em torno dos 15 anos, ou seja, em idade escolar. O que justifica a pertinência de realizar neste contexto ações de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST), incluindo o HIV/AIDS, assim como ações de promoção da saúde, visando o enfrentamento das vulnerabilidades (BRASIL, 2006).

Em 2005, o projeto SPE foi reformulado. Foram incorporadas: estratégias de monitoramento da escola, por meio da inclusão de um questionário específico no Censo Escolar; diretrizes para atingir os alunos, a partir das primeiras séries do Ensino Fundamental e a constituição dos 22 grupos de gestores Inter setoriais nas 27 UFs (GGE-RJ, 2010).

Embora, o projeto SPE tenha como objetivo contribuir para o esclarecimento das DST/AIDS, seu principal foco é o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids entre adolescentes e jovens escolares; desenvolver ações articuladas no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde; envolver toda a comunidade escolar na promoção de ações em saúde sexual e em saúde reprodutiva; promover a participação de adolescentes e de jovens em todas as etapas de desenvolvimento e de implementação do projeto. Como citado anteriormente, o SPE possui gestão descentralizada, por meio da constituição de grupos de trabalho e/ou grupos gestores, nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), com a participação de organizações da sociedade civil, das universidades e outros parceiros locais. Agrega diferentes iniciativas regionais e contribui para o fortalecimento da resposta nacional à epidemia de HIV/AIDS.

O local onde leciono foi convidado em 2010 para representar o município no GGE-RJ com o objetivo de compor o grupo gestor municipal (GGM), juntamente com a Secretaria Municipal de Educação e de Saúde da localidade. As reuniões aconteceram na região metropolitana do Rio de Janeiro, nos dias 10 e 11 de agosto de 2010 com a abordagem: “Construindo Metodologias Participativas para Promoção da Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos com Adolescentes e Jovens”.

No ano de 2011, durante três dias, os jovens participaram das seguintes oficinas:

- Diversidade sexual (homofobia, direito, identidade);
- Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (gravidez na adolescência);
- Gênero (papéis sexuais, negociação, relações de gênero);
- Prevenção (DST/AIDS, hepatites);
- Drogas e violência (políticas públicas, redução de danos);

- Direitos humanos e cidadania (raça, etnia, estigma, discriminação).

O presente trabalho parte do pressuposto que a Educação entre Pares pode ser complementar e integrada ao Ensino Formal. Nessa direção, é válido fazer uma análise sobre a atuação dos jovens multiplicadores no contexto escolar, dado que a escola é um espaço privilegiado para o desenvolvimento de atividades preventivas e onde os educandos, em sua maioria, passam parte de seu dia.

Capítulo II – Metodologia

O estudo foi desenvolvido com base nos pressupostos da pesquisa qualitativa, definida por Silva e Menezes (2000, p. 20), como uma pesquisa onde existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito; isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A abordagem qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Segundo Bogdan e Biklen (1982) a obtenção de dados descritivos, obtidos direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar e em interpretar a perspectiva dos participantes.

Em termos dos procedimentos metodológicos, a abordagem qualitativa valoriza a interação entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa por meio de diálogo, da observação da realidade e da compreensão do contexto sociocultural e econômico do grupo investigado. Como referido por Barbosa (2006) tais procedimentos podem:

Resultar num certo clima de informalidade e o simples fato de os sujeitos poderem falar livremente a respeito de um tema sem que um roteiro pré-estabelecido ou questões fechadas lhe tenham sido impostas colabora para diminuir o distanciamento entre pesquisador e pesquisados (p.22).

Dentre os métodos utilizados pela pesquisa qualitativa, é destacada a observação participante, que permite ao observador chegar mais perto da realidade estudada e a entrevista, que favorece o aprofundamento das informações obtidas.

2.1 Local de pesquisa e universo

O projeto foi executado em um Colégio Estadual, situado na região central da cidade, onde atuo como professora de Biologia desde 2003, no seguimento do Ensino Médio diurno e noturno. O colégio em estudo atende anualmente cerca de 1.300 alunos com faixas etárias diversificadas. Sendo composto majoritariamente de turmas de Ensino Médio oferecidas em duas modalidades: Formação Geral e Curso Normal (este sendo o único a oferecer esta modalidade no município). O ensino funciona em 3 turnos: manhã, tarde e noite atendendo às seguintes opções: 1º turno (Ensino Fundamental - 2º segmento e curso de formação de professores- horário integral); 2º turno (Ensino Médio regular e Formação de Professores- 2º tempo) e 3º turno (Ensino Médio regular e 2 turmas do curso Nova Educação de Jovens e Adultos –NEJA).

A unidade escolar está localizada no centro de um município de pequeno/médio porte com uma população de 51.483 habitantes, numa área de 360,766 km² (segundo o Censo do IBGE/2010). Conta com três escolas estaduais atuantes no Ensino Médio estadual com 1.542 alunos matriculados, segundo os dados do Educa Censo. O colégio estudado representa a unidade escolar com maior número desses alunos, sendo o único a atender os três turnos com Ensino Médio nas modalidades de Formação Geral e Curso Normal.

Existe um alto grau de integração da comunidade local com o referido colégio graças à ação conjunta de diversas atividades, como a agenda 21 (Projeto de Educação Ambiental), ONGs, que trabalham com a comunidade carente do município, e as parcerias efetivadas com algumas instituições públicas e privadas de ensino. Além de a escola ser o centro de reuniões periódicas, com participação democrática da sociedade civil para efetivação de reivindicações com a comunidade escolar. Tais fatores favorecem a realização de diversos projetos em parceria que ampliam e aprofundam as relações escola/comunidade e enriquecem a bagagem curricular do educando.

Os sujeitos da pesquisa são os 10 alunos envolvidos nas capacitações do projeto SPE entre os anos de 2010 e 2012, que realizaram suas práticas educativas no ambiente escolar onde estudam (ou estudaram). O processo de definição desse grupo teve início com a participação ativa desses jovens, após as capacitações realizadas no biênio (2010-2011) e nas atividades realizadas dentro do ambiente escolar, sendo a professora pesquisadora responsável pela mediação entre o SPE e esses jovens.

A partir da autorização do Diretor da Unidade Escolar (ANEXO 1) e da Coordenadoria Regional, o convite feito aos jovens para participar do estudo se deu, através do contato direto no ambiente escolar ou por e-mail, no caso dos egressos. Houve algumas dificuldades para encontrar todos os alunos envolvidos; alguns não foram entrevistados devido a empecilhos de ordem geográfica (um está cursando faculdade fora do estado e outro está morando em outra região); dois alegaram incompatibilidade de horário por questões profissionais e outro relatou que gostaria de participar, mas faltou a entrevista. Do total de 10 multiplicadores, a entrevista foi realizada com 5, sendo 2 regularmente matriculados no Ensino Médio e 3 já inseridos no Curso Superior.

2.2 Procedimentos metodológicos

Foram previstas 3 etapas complementares, descritas a seguir.

Etapa 1: Análise documental das ações do Projeto através da consulta aos relatórios dos multiplicadores sobre as atividades realizadas e da avaliação da orientadora pedagógica sobre o relatório.

Etapa 2: Entrevistas individuais com os 5 jovens capacitados pelo GGE-RJ durante os anos de 2010 e 2011, visando identificar o perfil social dos jovens e as atividades desenvolvidas na escola e o processo de planejamento, de implementação e de repercussão das ações junto aos alunos e demais membros da comunidade escolar (ANEXO 1).

Etapa 3: Diário de campo sobre a formulação e o desenvolvimento das atividades educativas desenvolvidas pelos multiplicadores; o papel da autora como professora mediadora do SPE junto aos jovens multiplicadores facilitou o acompanhamento e o registro das atividades.

Os procedimentos e as normas estabelecidos para o desenvolvimento do estudo foram realizados em conformidade com as diretrizes da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS, 2012). Desse modo foi pedida autorização do estabelecimento de ensino (ANEXO 2). Em consonância com os princípios da ética em pesquisa com seres humanos, os jovens multiplicadores maiores de idade e os pais ou responsáveis pelos jovens menores de 18 anos receberam e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido que esclarece sobre os objetivos da pesquisa, as atividades previstas, seus riscos e benefícios, bem como a garantia do sigilo das informações coletadas (ANEXOS 2 e 3).

2.3 Local da entrevista

Os jovens foram entrevistados dentro do próprio colégio estudado com um roteiro semiestruturado (ANEXO 1), mas, em muitos momentos, foi permitido a fala aberta do participante, principalmente quando se abordava o que sentiram durante as atividades e a capacitações realizadas. Por fazer parte dessa unidade escolar, a pesquisadora não teve problemas para conseguir uma sala adequada para as entrevistas, onde fosse garantido o sigilo e a privacidade durante o trabalho. As entrevistas duraram em média de 30 a 40 minutos, variando em função de eventos relatados pelos entrevistados. Convém ressaltar a dificuldade em conseguir um dia específico e o cumprimento dos horários marcados com os entrevistados, fato explicado pela maior parte ser ex-aluno da escola estarem na universidade ou trabalhando. Esse fator atrasou em parte a coleta das informações.

Capítulo III - Resultados e discussão

3.1 Perfis dos jovens e motivação para o projeto

Neste item são apresentadas as características dos 5 jovens multiplicadores entrevistados, relativos a idade, ao sexo, a escolaridade e a ocupação dos pais, bem como suas motivações para participar do projeto SPE. Os nomes referidos são fictícios.

Mary, sexo feminino, 19 anos, cursa o Ensino Superior em Turismo; seus pais tem nível superior completo, ambos são professores. Dialoga abertamente com os pais sobre qualquer tema. Considerando seus pais bons amigos. Para ela a motivação para o curso surgiu dessa liberdade dentro de casa e por entender que os assuntos propostos pelo projeto não eram abordados facilmente em sua escola.

Rick, sexo masculino, 21 anos, cursa o Ensino Superior em Enfermagem. Seus pais tem Ensino Médio, sendo a mãe organizadora de eventos e o pai Secretário de Cultura do município de Guapimirim. Tem diálogo aberto dentro de casa sobre diversos assuntos e não teve problemas em assumir sua orientação sexual, como homossexual. O projeto lhe interessou por estimular o debate de opiniões distintas entre os alunos, além de gostar da área da saúde, principalmente DST/AIDS.

Debora, sexo feminino, 19 anos, cursa Faculdade de Psicologia; seus pais tem Ensino Médio. O diálogo sobre sexualidade é debatido em casa com certas restrições, pois segundo a mesma os pais são muito religiosos e se negam a discutir determinados assuntos. O interesse inicial pelo projeto foi a oportunidade de ter acesso a conhecimentos sobre temas do cotidiano de forma aberta.

Joana, sexo feminino, 21 anos, cursa o ensino médio. Seus pais tem Ensino Médio completo, sendo a mãe vendedora e o pai eletricitista. Segundo relata Joana a falta de diálogo mesma dentro de casa sobre sexualidade, ocorre não por ser um tabu, mas por falta de conhecimento dos pais, que preferem conversar pouco. Decidiu participar do projeto primeiro por curiosidade, pois nunca havia feito parte de um; depois pelo ganho de conhecimento, uma vez que no ambiente familiar o assunto sexualidade não é abordado.

Clara, sexo feminino, 19 anos, cursa o Ensino Médio. Seus pais tem Ensino Fundamental incompleto, sendo a mãe do lar e o pai pedreiro. Ela revela dificuldades dentro de casa para conversar sobre qualquer assunto relacionado à sexualidade, em função da falta de conhecimento e da vergonha dos pais em falar; são evangélicos e acreditam que este assunto poderia despertar o interesse da jovem com o sexo, o que segundo a visão deles, só poderá

ocorrer após o casamento. Para ela participar do projeto foi a oportunidade perfeita para acessar o conhecimento que ela não tinha em casa.

Houve a percepção de que a curiosidade em saber mais e dialogar sobre temas pouco abordados no contexto familiar e/ou escolar motivaram os jovens a participar do projeto. Tais dados reiteram a relevância do projeto SPE, no sentido de criar espaços de formação e de comunicação sobre sexualidade de DST/AIDS no contexto escolar, capazes de fomentar o diálogo sobre os receios de uma gravidez não planejada, a possibilidade de ter uma doença sexualmente transmissível e as implicações do aumento de casos de HIV/AIDS entre os jovens. Segundo Aquino *et al*, (2006) sobre a trajetória afetivo-sexual de jovens em 3 cidades brasileiras (Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro), quanto mais precoce se der a “conversa” sobre comportamento sexual e reprodutivo dos jovens no ambiente familiar (pai, mãe ou um adulto de referência) ou escolar, menor a chance de uma gravidez antes dos 20 anos. Fato esse que poderia interferir na continuidade dos estudos por parte das alunas.

O processo seletivo dos multiplicadores do SPE pode ser realizado a partir de uma consulta aberta para todos os alunos interessados em participar ou pode ser feito com base na indicação de docentes dos alunos que apresentam certo tipo de liderança entre os discentes, principalmente no que se refere à capacidade de argumentação e fala. No presente caso, por orientação da direção da escola, os multiplicadores foram escolhidos, através de conversas com os docentes, durante a reunião para explicar o projeto.

Cabe ressaltar que a maioria dos multiplicadores foi convidada pela professora de Biologia da unidade escolar citada, a partir da análise, em conjunto com outros professores, sobre a participação destes alunos em sala. O objetivo era permitir que esses jovens, com características de liderança dentro do ambiente escolar, pudessem se expressar e representar os demais.

A despeito dos PCNs e do projeto SPE orientarem que a participação dos professores no SPE deva considerar principalmente o interesse e o campo disciplinar, existe uma tendência de que os assuntos relacionados à sexualidade sejam visto como competência apenas do professor de Ciências/Biologia, dificultando, dessa forma, o diálogo aberto com os jovens em sala de aula. Entre os professores de outras disciplinas o tema, por vezes, é abordado de forma normativa e prescritiva, normalmente no final, quando há tempo. De acordo com Mohr os temas identificados como educação em saúde são, entre outros, a sexualidade, a alimentação, a gravidez na adolescência e as drogas, mas “não existe nenhum tipo de articulação destas ações pedagógicas entre os professores, nas disciplinas ou o projeto pedagógico da escola” (MOHR in SELLES *et al*, 2009, p. 110).

3.2 Visões dos jovens sobre a capacitação

Nas diretrizes do Ministério da Saúde (BRASIL, 2000; 2002) sobre ações educativas para adolescentes é enfatizado a importância das metodologias participativas e problematizadoras nas atuações preventivas a respeito da sexualidade, DSTs/AIDS e drogas, bem como a formação continuada de educadores. Nesse sentido, no projeto SPE é desenvolvida a proposta da formação de adolescentes para serem multiplicadores, objetivando a promoção de mudanças de atitudes deles próprios e de seus pares, propiciando, desta forma, reflexão e escolhas mais saudáveis (SERRA e MOTA, 2000). Nesse item serão descritos as visões dos jovens sobre a capacitação para multiplicadores, focalizando as opiniões acerca dos temas abordados, das dinâmicas e recursos utilizados e do conteúdo apreendido.

É importante informar que o processo de capacitação é constituído por um período de três dias, versando sobre direitos sexuais e reprodutivos; diversidade sexual e prevenção. A capacitação é realizada a partir de palestras e de oficinas aplicadas por pessoas ligadas ao tema, seja através de representações em ONGs, Poder Público ou que convivem diretamente com a questão abordada. O curso ocorreu em outro município, o que implicou no deslocamento dos alunos para outra cidade.

3.2.1 Mary

De acordo com Mary, o trabalho educativo deve abordar as questões relacionadas à diversidade sexual e as convenções sociais de gênero. Nas suas palavras: “ainda vivemos num mundo onde a mulher precisa mostrar o tempo inteiro pra que veio”. Mary reconhece a importância do trabalho educativo no que diz respeito aos direitos reprodutivos conquistados e garantidos às mulheres, mas explica, que apesar de todas as conquistas, “precisamos usar nossa liberdade sexual com responsabilidades”. Segundo Miranda (2005) a sexualidade deve ser abordada com naturalidade, descontração; mas, sem perder o foco sobre a compreensão dos estudantes acerca das informações e os desafios de adotar as práticas preventivas.

Para Mary as palestras de pessoas soropositivas foram muito importantes durante a capacitação. Foi uma oportunidade de conhecer a realidade das pessoas que convivem com o vírus e os desafios que precisam superar dia a dia como, por exemplo, as discriminações expressas nas situações de medo ao tocar, falar e compartilhar lugares e utensílios com o portador do vírus e os efeitos colaterais dos medicamentos. Os panfletos, os livros e os pôsteres foram de grande importância, já que eles permitiram trabalhar com conteúdos detalhados sobre as DST/AIDS, a diversidade sexual e de gêneros e a gravidez não planejada e serviram de brinde para os alunos durante as práticas educativas.

Os aspectos negativos foram à distância para a realização da capacitação e a dificuldade encontrada para o transporte até o local. A Coordenadoria Serrana I ajudou, oferecendo o transporte para o evento no centro do Rio de Janeiro; mas, tiveram dificuldades para o transporte durante a capacitação em outra cidade.

3.2.2 Rick

Rick teve acesso ao projeto do SPE em 2010, através das alunas Mary e Débora (primeiras mobilizadoras do projeto do SPE) e, depois pela professora de Biologia do colégio. Seu interesse no projeto foi poder participar de debates sobre as questões de gênero e de diversidade sexual e de conversar sobre o preconceito em relação aos alunos que se assumiam homossexuais nas escolas, tendo em vista a ocorrência de algumas atitudes homofóbicas por parte de um grupo de docentes da unidade escolar. A partir dos relatos dos multiplicadores de outras unidades de ensino, constatou que os alunos de sua unidade escolar tinham opiniões distintas e relativamente boas no que se referia aos colegas que assumiam sua homossexualidade.

Durante a capacitação obteve esclarecimentos importantes para sua vida cotidiana e profissional, já que sempre gostou de trabalhar na área da saúde e principalmente das DST/AIDS. A capacitação forneceu informações e promoveu debates sobre as implicações do predomínio do padrão heterossexual e das convenções de gêneros, mudanças em relação aos direitos da mulher e minorias sexuais, ampliando a sua visão sobre estes assuntos. Também achou importantes as palestras ministradas por pessoas soropositivas e seus relatos sobre a persistência do preconceito da sociedade em relação à AIDS.

Segundo Rick, decidir o que deve ser abordado em um trabalho educativo é um pouco complicado, pois deve ser ressaltada tanto a importância da prevenção, quanto a necessidade de não ter preconceitos com pessoas portadoras do HIV/AIDS ou qualquer outra DST. Se esses assuntos forem mal explicados, podem gerar conflitos. Com isso, existe a necessidade da criação de um ambiente adequado para conversas abertas. Segundo Miranda (2008), a informação é importante; mas, desvinculada dos sujeitos, não produzirá efeito e terá a feição de fala vazia. Quando o aluno deseja falar sobre suas vivências, na verdade, não quer que falem para ele ou dele, mas que possa ter sua própria voz e utilizar sua palavra. A linguagem, nesse sentido, tem uma função inovadora, ao desafiar a alienação do sujeito.

3.2.3 Débora

Segundo Débora, durante a capacitação, ela aprendeu sobre alguns conceitos que não conhecia como diversidade de gêneros, de direitos reprodutivos e de formas de transmissão de algumas DSTs. A participação de palestrantes vivendo com HIV/AIDS, foi de grande importância, pois permitiu a visão de quem convive com a situação. Em sua opinião, tal estratégia deve ser usada no trabalho educativo, por tornar “mais verdadeiro” o assunto tratado. Poder conhecer a realidade de outras localidades, através dos outros multiplicadores, foi importante para entender que nem sempre os problemas enfrentados em sua escola, como a não participação de outros docentes nas atividades, se tornam problemas tão graves.

3.2.4 Joana

Para Joana o projeto permitiu um ganho de conhecimento como a gravidez não planejada e a orientação sexual. Ela acredita que o processo educativo precisa considerar o que os jovens sabem e as suas dúvidas relacionadas às questões reprodutivas, de gênero e de prevenção. Esses assuntos devem ser discutidos abertamente. Em sua opinião, podem ser usados termos técnicos, mas é necessário considerar os termos usados pelos jovens, por isso, a importância do trabalho dos multiplicadores, centrado na educação de pares, onde o jovem informa a outro jovem. Ela relatou que o curso de capacitação ajudou, pois além das palestras e das oficinas “trabalhadas de forma excelentes”, eles receberam durante a capacitação alguns livros, folders, cartilhas e outros materiais para serem distribuídos durante as atividades educativas na escola.

O depoimento de Joana nos remete para o papel da escola como um espaço não apenas informativo e sim, formativo. A ação educativa deve promover o debate acerca do comportamento sexual e reprodutivo dos/as jovens, gerando uma atitude reflexiva e crítica das próprias experiências, ao invés de apenas oferecer informações, ampliando o horizonte das ações pedagógicas (CARRARA, 2010).

3.2.5 Ana Paula

No início Ana Paula se assustou um pouco com os temas abordados e com a naturalidade como as coisas foram colocadas pelos palestrantes. Ela pensou em desistir, tendo em vista que as temáticas não faziam parte do que aprendia em casa, na igreja e com seus amigos no dia a dia. Depois, observou que o curso poderia lhe trazer uma visão de assuntos que não conhecia, mas que em algum momento poderiam fazer parte de sua vida. Durante a capacitação, o que mais chamou atenção, foram as palestras proferidas por pessoas que viviam com HIV/AIDS.

Segundo seu relato parecia inacreditável que aquelas pessoas, “sem aparência para a doença”, realmente conviviam com as situações das quais falavam.

Com base nos relatos descritos, é possível concluir que a capacitação do projeto SPE foi importante para os 5 multiplicadores por permitir o conhecimento e o diálogo em relação a gênero, as vulnerabilidades, o direito sexual e o direito reprodutivo. Na visão do grupo entrevistado as palestras e as oficinas realizadas por pessoas que convivem com HIV contribuíram para ampliar a discussão sobre as implicações do preconceito em todas as suas formas de manifestação (gênero, racial e orientação sexual) e a relevância de enfrentá-lo.

3.3 Atividades desenvolvidas pelos jovens

Segundo Ayres e colaboradores (2003), o interesse de alunos em se tornarem multiplicadores de estratégias de prevenção das DST/AIDS pode ser uma forma de desenvolver mecanismos de minimização desta problemática na adolescência. Por meio desse tipo de ação, o adolescente adquire e amplia seu repertório interativo, o que aumenta, assim, sua capacidade de interferir de forma ativa e construtiva em seu contexto escolar e sociocomunitário, ocasião em que ele se torna o ator principal no processo de seu desenvolvimento (COSTA, 1999).

3.3.1 – Aplicação de questionários entre os alunos

Após a capacitação de 3 dias em outro município, os multiplicadores elaboraram uma pesquisa na escola que envolveu a aplicação de 1 questionário com 5 perguntas que versavam sobre sexo, prevenção e facilidades em adquirir preservativos (ANEXO 5). O questionário foi respondido por 320 alunos, de 4 turmas de 1º ano, 2 turmas de 2º ano e 2 turmas de 3º ano do Ensino Médio nas modalidades de Curso Normal e de Formação Geral. Os alunos não precisavam se identificar nominalmente, apenas o turno em que estudavam. Após a entrega do questionário, foram deixadas 2 caixas, uma no refeitório e outra na entrada da escola, para o recolhimento destes questionários.

Ao aplicar o questionário os jovens encontraram resistência por parte de alguns docentes que argumentaram que esse tipo de levantamento e de trabalho educativo poderia estimular a prática sexual entre os alunos. Demais estudos apontam para os desafios da abordagem da sexualidade no contexto escolar, em função de convicções religiosas de alunos, pais e/ou profissionais (CARRARA, 2009). Esse problema foi resolvido quando os multiplicadores, com a ajuda da professora mediadora e a direção do colégio, explicaram que

o projeto tinha o propósito de levar a informação com formação para os jovens, através de outros jovens.

Os alunos tiveram um prazo de uma semana para responderem ao questionário. Após os multiplicadores sistematizarem os dados, com a ajuda do professor de matemática, os resultados foram divulgados na escola em forma de gráficos (ANEXO 6). Esses gráficos foram expostos no corredor, que une os dois anexos da escola, local preferido pelos alunos para conversas. Foi informado que os alunos poderiam consultar os dados da pesquisa no arquivo de atividades realizadas pela escola, na biblioteca escolar, e com a orientadora escolar.

Os resultados detalhados, nos gráficos do ANEXO 6, indicam que:

- 55% dos entrevistados (apêndice 6.1) afirmaram já terem feito sexo, 19% (11% + 2% + 6%) (apêndice 6.1) afirmaram ainda não ter tido relação sexual por medo ou por não se sentir preparado, mas dizem estar bem perto de iniciar sua vida sexual; 26% não fizeram e não pensam no assunto (apêndice 6.1).
- Dos que afirmaram terem feito sexo (176 alunos), 37% (33% + 4%) disseram que já tiveram pelo menos uma relação sexual sem uso de preservativos (apêndice 6.2).
- A não utilização de preservativos não está relacionada à dificuldade na colocação, pois 79% dos 176 alunos afirmaram que é fácil colocar e pode até ser usada com prazer na hora da relação (apêndice 6.3). Enquanto isso, 8% (6% + 2%) acreditam que não é necessário o uso de preservativo se conhecer o parceiro, porque seu uso diminui o prazer (apêndice 6.3).
- Sobre o acesso ao preservativo 56% (40% + 16%) do total dos 320 alunos disseram ter facilidade, seja através da compra em farmácias ou da retirada no posto de saúde (apêndice 6.4); 44% têm dificuldades (apêndice 6.4), seja por não ter onde conseguir (13%) (apêndice 6.4), por terem vergonha de comprar ou adquirirem no posto (18%) (apêndice 6.4) ou porque deixam a responsabilidade, pela prevenção, por conta do parceiro (13%) (apêndice 6.4), sendo este último dado respondido por mais da metade das meninas. Tal fato, talvez possa ser explicado, devido as jovens morarem em uma cidade onde quase todos se conhecem, o que poderia facilitar suas identificações.
- A falta de diálogo sobre o assunto sexualidade e prevenção também foi pesquisada. A maioria (92%, sendo 47% e 45%) afirmou ter com quem conversar, seja dentro de seu círculo de amizades ou familiares (apêndice 6.5). No entanto, não foi perguntado qual

o tipo de diálogo estabelecido e se existia demanda dos alunos para abordar esses temas no contexto escolar.

3.3.2 Atividades educativas

Com base nos resultados do questionário, os multiplicadores definiram as atividades educativas a serem realizadas na escola, ao longo do ano de 2011. No primeiro momento, os multiplicadores repassaram alguns dos assuntos abordados durante a capacitação, a partir de uma palestra no auditório da escola, para um grupo de 200 alunos, divididos em 2 horários diferentes, já que a capacidade auditório é de 100 pessoas.

Logo após a palestra foi realizada uma dinâmica “Quem vê cara, não vê AIDS”. Durante a dinâmica foram distribuídos vários copinhos de café (uns com água, outros com hidróxido de sódio- NaOH) e pedido que eles misturassem os líquidos com alguém com quem tivessem afinidades, simulando uma saída com prática sexual. No final, os mobilizadores pingaram fenolftaleína nos copos e a maioria ganhou uma coloração rósea, simulando dessa forma, uma relação sexual desprotegida e uma possível contaminação. No terceiro momento, eles explicaram sobre a importância do uso do preservativo e apresentaram alguns dados estatísticos referentes às DST/AIDS no município.

A segunda prática educativa do grupo foi uma roda de conversa com uma representante da saúde, referente às DST/AIDS e o depoimento de uma antiga professora da escola que convive com o vírus HIV há mais de 25 anos. Nessa prática foram abordadas as limitações, as possibilidades e as dificuldades vivenciadas por ela, durante esse período. Também foi realizada uma oficina, onde os alunos desenhavam seu corpo (tamanho real), que tinha como intuito trabalhar o conhecimento do próprio corpo. Essa oficina foi dividida em 3 partes: a primeira consistiu em separar o pequeno grupo em meninos e em meninas. Aos meninos foi solicitado que desenhasse em papel pardo o corpo feminino e às meninas, o corpo masculino. Com o objetivo de que eles pudessem partir da própria imagem, foi solicitado que um deles deitasse no papel pardo, e os demais lhe fizessem o contorno. Partindo desse contorno, os adolescentes desenharam os órgãos reprodutores internos e externos.

Os desenhos realizados serviram de base para as discussões sobre: 1) as transformações na adolescência (crescimento e desenvolvimento, distribuição de pelos/musculatura/tecido gorduroso, diferenças entre meninos e meninas, namoro, interesse pelo outro); 2) a fisiologia e a anatomia do corpo masculino (pênis, glândula, prepúcio/fimose, uretra, bolsa escrotal, testículos quanto à função/tamanho/forma, espermatozoides, vesícula seminal/sêmen, próstata, vasectomia, ereção, ejaculação/orgasmo, poluição noturna, ânus) e do

corpo feminino (mamas quanto à função/tamanho/formato/diferenças, púbis, pequenos e grandes lábios, clitóris, orgasmo, meato uretral, diferentes tipos de hímen, canal vaginal, útero e trompas, ovários/óvulo, menarca/menstruação, fecundação, gravidez, gravidezes gemelar uni e bi vitelina, parto normal e cesariano, aborto natural/provocado e a legislação brasileira, ânus).

A terceira prática foi um trabalho com o corpo docente. Apesar dos PCNs assinalarem a necessidade de um trabalho interdisciplinar na abordagem da orientação sexual, no ensino formal, ainda prevalece a ideia de que o/a professor/a de Ciências ou Biologia tem mais habilidade para abordar o assunto; embora, muitos trabalhem apenas a perspectiva biológica da sexualidade através dos sistemas reprodutores masculino e feminino. No encontro dos mobilizadores com os docentes foi observada uma dualidade: de um lado, professores que sabem a importância de uma boa fonte de informação e conversa; do outro, aqueles que acreditam que a melhor forma de prevenção ainda é a abstinência sexual até o casamento. De acordo com os PCNs, para intervir junto aos alunos, é necessário que o docente tenha acesso à informação específica e à oportunidade de conhecer abordagens teóricas e as discussões sobre o tema. Nesse processo de intervenção é necessária a problematização das questões relacionadas à sexualidade, incluindo crenças e valores a ela associados (Brasil, 1998).

A quarta prática foi uma série de dinâmicas realizadas na escola, durante a semana de educação. A dinâmica denominada “crenças populares e tabus: verdade ou mentira” parte de uma série de afirmações relacionadas às crenças populares e aos tabus sobre a sexualidade na adolescência, tais como: “A masturbação excessiva que causa espinhas”, “A primeira relação sexual não engravida”, dentre outras. Após os grupos de adolescentes discutirem entre si, eles deveriam expor a afirmação num quadro previamente elaborado de verdade ou mentira. Dessa forma, foi possível desmistificar alguns tabus sobre virgindade, conhecimento do próprio corpo, sexualidade e gênero. Houve a participação da ONG local que trabalha com meninas grávidas para ajudar nas dinâmicas.

3.4 Visão dos jovens sobre as atividades realizadas

Segundo Mary, as atividades como a oficina conhecendo seu corpo, foram definidas em conversa com o grupo junto e a professora responsável, sendo o público alvo os alunos do Ensino Médio. Para ela, a maior dificuldade, era fazer algo contínuo. Primeiro, pela falta de interesse de alguns alunos e em segundo, por falta de apoio de outros professores, que acreditavam que o assunto não tinha relação com as disciplinas trabalhadas por eles.

As atividades realizadas tinham por objetivo a conscientização dos jovens da importância da prevenção e da necessidade de conversa mais aberta sobre sexualidade, DST/Aids e formas de prevenção. Apesar de esses temas estarem presentes nos meios de comunicação, nem sempre são abordados na escola e no ambiente familiar, nem mesmo entre os próprios jovens. Mary considera que o projeto alcançou seus objetivos, uma vez que, os jovens da escola passaram a se informar mais, a procurar ajuda sobre questões pessoais, como métodos contraceptivos, exames e cadastramento no posto de saúde local para recebimento de camisinhas, pílulas, DIU, entre outros. Esse levantamento foi realizado no ano de 2011, através da análise de periódicos de saúde do município, que identificou um número maior de preventivos realizados por adolescentes, durante o tempo de atuação da pesquisa e na semana de educação, com a elaboração de uma pesquisa sobre o comportamento dos jovens frente a sua sexualidade, juntamente com os alunos envolvidos nas oficinas e palestras.

A facilidade encontrada por Mary durante o trabalho foi a aquisição de materiais para a realização das oficinas e das palestras oferecidas pela escola e pelo apoio do GGE-RJ, nas atividades realizadas, principalmente, no envio de materiais impressos para serem entregues aos alunos, de onde eram feitos os kits nos finais das atividades. Ela relatou que a experiência como mobilizadora do projeto SPE, foi maravilhosa. Nas suas palavras: “Poder conhecer pessoas que tem a doença e que convivem com ela como se não tivessem e que lutam para conscientizar as outras pessoas, seja sobre a prevenção ou contra o preconceito, foi um imenso aprendizado”. Ela gostaria de continuar com o projeto, mas ao se formar não pôde atuar diretamente, mas apenas dar apoio. A participação no projeto não influenciou nas suas relações pessoais, porque sempre teve a mente aberta, mas não se vê fazendo este trabalho de exposição de “sua vida” muitas vezes como as pessoas da capacitação estavam fazendo.

Rick citou que a escolha das atividades era realizada durante as reuniões semanais, lembrando que o público alvo eram os alunos do Ensino Médio dos cursos de Formação Geral e Curso Normal. Ele relata que o principal problema para as práticas educativas foi relacionado à diretora da escola e a alguns professores, que eram muito religiosos e queriam que o assunto fosse abordado de forma mais tradicional, sendo já descrito como pouco eficaz. Era complicado combater o preconceito quando ele partia da autoridade máxima. Ele relatou a ocorrência de casos de homofobia, que não eram levados em consideração, já que o rapaz que sofria se vestia de forma “inadequada” e a diretora concordava com os alunos que desrespeitavam o rapaz. Para ele o apoio recebido dos professores, principalmente de Biologia, Sociologia e Filosofia e dos próprios alunos, e a participação nas atividades foi muito importante.

Como multiplicador do projeto, ele destacou que os casos registrados de DST/AIDS aumentaram no município e que, a partir das atividades realizadas, os alunos ficaram motivados para fazer exames, visando descobrir se haviam contraído alguma doença. Após a realização dos exames, alguns alunos comentaram que tinham contraído o HPV e a sífilis. Dados da secretaria de saúde no ano de 2011 atestam que na cidade há vários casos de HPV e sífilis.

Para Rick a participação no projeto foi perfeita. Nas suas palavras: “Até hoje, alguns professores e alunos me encontram na rua e elogiam o projeto, perguntando se poderíamos fazer o trabalho ainda em outras escolas”. Como ele continua na área de saúde, o projeto teve uma importância significativa, principalmente a parte de prevenção e tratamento de DST/Aids. As outras questões abordadas na capacitação -- como diversidade sexual, diferença de gênero, direitos da mulher, drogas, entre outras --, colaboraram na definição da escolha do curso de graduação em enfermagem, com especialização em DST. Hoje ele faz parte de um projeto municipal junto com o grupo Arco-Íris¹ que visa trabalhar com todos os assuntos abordados durante a capacitação do projeto SPE, como por exemplo, a diversidade sexual, a questão de gênero, o preconceito e a discriminação, além de questões relacionadas à saúde.

Débora destacou a participação maciça dos alunos no preenchimento do questionário para a definição das atividades. Ela acredita que a não identificação dos jovens nos questionários permitiu mais autenticidade nas respostas. As atividades realizadas eram definidas após as reuniões semanais com o grupo de mobilizadores e com a professora. As maiores dificuldades foram a falta de informações básicas por parte de alguns alunos e a falta de colaboração de alguns professores, que associavam as atividades com o estímulo a prática sexual entre os alunos. Na sua visão, levar informação ao jovem de forma aberta e muitas vezes por outro jovem, que fala a mesma “língua”, torna o alcance das informações mais viável. Além disso, ela registrou que após as atividades muitos estudantes vinham conversar com os jovens multiplicadores para esclarecer suas dúvidas sobre sexualidade. A experiência no projeto foi positiva, e ela gostaria de ter continuado até hoje. Juntamente com Rick, procura participar do projeto municipal com o Grupo Arco-Íris, pois acredita na educação de jovem para jovem.

Para Joana o que mais a marcou foram as oficinas sobre o conhecimento do próprio corpo e sobre os métodos contraceptivos realizadas com os jovens durante a semana de

¹ O Projeto Arco-íris se baseia no Grupo Arco Íris, que foi criado no início da década de 1990, a partir do sonho de um grupo de amigos em resposta a epidemia de AIDS e a discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT. A intenção do projeto é promover ações que promovam o respeito à diversidade humana e o combate ao preconceito.

educação do Curso Normal. Ela relatou que as alunas do Curso Normal tem mais dificuldade nos assuntos relacionados à sexualidade. A carga horária de estudo é grande, mas o tema sexualidade não é trabalhado, principalmente na educação infantil. A única exceção é a professora de Psicologia que aborda o assunto de vez em quando; no entanto, por ser religiosa, se limita a respostas básicas. A professora de Biologia também trabalha o assunto, mas elas reclamam que apenas dois tempos de aulas por semana e com conteúdo corrido, não são suficientes para tirar dúvidas.

Joana tinha a intenção de despertar a consciência dos jovens sobre a importância de se conhecer os cuidados com o próprio corpo e o “momento certo” de querer transar ou engravidar. Mas, para isso era necessário o conhecimento de alguns assuntos e até de seu próprio corpo. Na sua visão, a participação no projeto foi de grande importância para seu crescimento, nas suas palavras: “hoje, levo no dia a dia os ensinamentos e as experiências ganhas durante os dois anos de atuação do projeto. Hoje casada, consigo perceber a diferença entre a minha relação conjugal com a dos meus pais. Converso muito com meu marido sobre esses assuntos, procuro sempre me atualizar, pois pretendo fazer uma faculdade em breve na área de saúde”.

Ana Paula achou a participação no projeto válida, gostou da forma como as escolhas para as atividades eram feitas (com a participação dos alunos da unidade escolar e dos mobilizadores), mas teve problemas para continuar no projeto devido a seus pais. Quando eles perguntaram o que era abordado nas oficinas e nas atividades, ela não omitiu e eles a proibiram de continuar no projeto. No início sentiu raiva, mas entendeu que segundo a educação religiosa que estava recebendo, não deveria continuar. Ela acredita que a informação correta transferida por alguém de sua idade, alcance maior objetivo entre os jovens.

CAPÍTULO IV - Considerações finais

A sexualidade está presente nos dias atuais em diversas situações do cotidiano de nossos alunos: por meio dos programas de TVs, das revistas, da Internet, ou seja, dos diversos meios de comunicação. Não se pode negar a importância e o interesse que essa temática desperta em nossos jovens. Tendo em vista que a escola é um espaço de socialização que possibilita a formação e a troca de experiência, o contexto escolar pode promover atividades educativas e debates sobre sexualidade, direitos e saúde. Ou seja, como previsto no PCN, a escola deve ser um espaço formativo capaz de promover ações que permitam ao jovem falar sobre suas dúvidas, questionamentos e curiosidades.

Frente à função formativa da escola, o projeto SPE, vem capacitando jovens de diversas unidades escolares de regiões do país, para que se tornem multiplicadores, dentro de suas unidades, sobre: direitos sexuais e reprodutivos; prevenção das DST/Aids, gravidez na adolescência, redução de preconceitos relacionados à raça, etnia e orientação sexual e promoção da igualdade de gênero. Por meio das capacitações, o projeto SPE objetiva ainda estimular a mudança de comportamento dos próprios multiplicadores em relação à saúde sexual e reprodutiva e adoção de atitudes de solidariedade e respeito.

O presente estudo analisou as atividades desenvolvidas por 5 jovens multiplicadores do projeto SPE de um município do estado do Rio de Janeiro. O registro das ações e os depoimentos dos 5 multiplicadores indicam que a capacitação possibilitou mudanças de atitudes relativas à questão, tais como maior diálogo e cuidados com a saúde e permitiu a observação destas mudanças nos grupos trabalhados. Os multiplicadores assinalaram que a informação levada a outros jovens, a partir de uma linguagem específica, contribuiu para um alcance maior de seu objetivo.

Durante suas ações tiveram apoio de alguns professores e até da direção escolar, mas acreditam que o tema educação sexual deveria ser abordado por todas as disciplinas. Eles apontam que alguns professores, por questões religiosas, se negam a abordar determinados assuntos, como o uso de preservativos e homofobia. Esse resultado também foi encontrado por Pereira (2014) durante a análise do curso GDE entre um grupo de professores, que citaram a religião como um dos fatores que interfere no diálogo aberto sobre a diversidade sexual, chegando, às vezes, a intimidar o professor no prosseguimento da abordagem do tema. Borges e Meyer (2008) afirmam que é na escola que podem surgir as piores situações de violência e de exclusão, principalmente relacionadas a padrões de comportamento não

hegemônicos. Diante disso, é fundamental que a escola tenha como projeto coletivo o respeito às diferenças e o rompimento com a segregação e com o preconceito no cotidiano escolar.

Nesse contexto, é necessário lembrar que a escola é um espaço excepcional para se trabalhar essas temáticas; entretanto, é preciso um envolvimento da comunidade escolar (pais, direção e demais membros da escola), bem como outros setores como os profissionais de saúde, o movimento social e inclusive a igreja, que tem papel relevante como assinalado nos resultados. Ademais, é importante desenvolver na escola a formação não somente de professores ou apenas dos alunos, mas promover a inclusão desta proposta, para que o compartilhamento de responsabilidades se expanda.

Considerando a dificuldade dos professores lidarem com expressões e sexualidades que diferem dos padrões tradicionais, é destacada a necessidade de que o processo seja norteado por uma compreensão de que a sexualidade não deve ser entendida como dissociada da vida. O comportamento sexual dos jovens deve ser compreendido a partir do cotidiano deles, com os atravessamentos de gênero, de raça, de classe social, de religiosidade, de perspectivas de vida. Contrapor pensamentos e valores de jovens e de educadores em cursos de formação continuada favorece o trabalho conjunto e a divisão de responsabilidades, além de facilitar o processo de “falar a mesma língua” nos programas de prevenção. Assim, as diferenças já poderão emergir na formação, antes da execução do programa, tornando o educador mais preparado para trabalhar com os adolescentes.

O professor deve estar capacitado para desenvolver estratégias de educação sexual/orientação sexual, a partir dos aspectos acima citados, e pautar suas intervenções com base na realidade dos jovens. Para tanto, o desenvolvimento de uma escuta ativa, livre dos preconceitos comumente associados à adolescência e à juventude, que seja capaz de “olhar” esses jovens com direitos sexuais e reprodutivos. Sendo essa uma condição primordial para uma efetiva incorporação dos ideais preconizados nos PCNs. Nesse sentido, cabe reiterar a importância do Curso GDE, que objetiva fornecer instrumentos para que os professores reflitam sobre o respeito e a valorização da diversidade sexual e de gênero. O que possibilitaria a incorporação à prática pedagógica de ações que levem a comunidade escolar a uma reflexão acerca da diversidade, além de constituir possibilidades para o enfrentamento da discriminação.

A tese de doutorado de Pereira (2014) sobre os impactos do curso GDE na prática pedagógica de um grupo de professores da rede pública de ensino no Rio de Janeiro, identifica que um dos desafios do ensino da sexualidade é saber lidar com as manifestações da sexualidade entre crianças e adolescentes. O estudo analisou em que medida o curso

contribuiu para a prática pedagógica dos docentes, que salientaram terem a oportunidade de obterem o conhecimento da perspectiva de construção social da sexualidade humana; a aquisição de conhecimentos teóricos; a maior facilidade em argumentar e compreender os/as alunos/as e a percepção de atitudes preconceituosas, sexistas e machistas dentro da escola, onde também se incluía. Segundo os docentes, as discussões do curso foram incorporadas à vida cotidiana, contestando discursos e práticas tradicionais associadas às representações de gênero no relacionamento com os/as filhos/as e parceiros/as.

As iniciativas voltadas para abordagem da diversidade sexual no contexto da rede pública de ensino representam um desafio frente aos diferentes valores e normas morais, culturais, religiosas e familiares que permeiam os temas gênero e sexualidade, como ilustram os avanços e recuos no início do século XX que ainda se fazem presentes na segunda década do século XXI. Nesse sentido, a avaliação e o aperfeiçoamento do programa SPE e do curso como GDE são relevantes e oportunos para fomentar o desenvolvimento de ações continuadas sobre sexualidade, saúde e direitos no contexto escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, J. G. (Org.). **Sexualidade na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 2006. 143 p.

AYRES, J. R. C. M., França Jr, I., Calazans, G. J., & Saletti Filho, H. C. (2003). Vulnerabilidade e prevenção em tempos de AIDS. In R. Barbosa & R. Parker (Eds), *Sexualidade pelo avesso: direitos, identidades e poder*. São Paulo: IMS/UERJ.

BARBOSA, D. Metodologia de estudos e elaboração de monografia. São Paulo: Expressão e Arte, 2006.

BRASIL, IBGE: Censo 2010. Disponível em: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8. Acesso em 05 de mar de 2013, às 19h e 15min

BRASIL, Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids **Manual do multiplicador: adolescente** / Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília: MS, 2000. <<http://www.sinus.org.br/2011/press/downloads/oms.pdf>>. Acesso em 02 de dez. de 2012, às 19h e 37min

BRASIL, Ministério da Saúde. **Diretrizes para implementação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**; Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, 4v., 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde . PSE E SPE. Disponível em: <<http://sistemas.Aids.gov.br/saudenaescola2010/index.php?q=node/67...>> Acesso em 23 de jul. de 2013, às 16h e 02 min.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 9/1/2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. *Qualitative Research for Education*. Boston, Allyn and Bacon, inc., 1982

Boletim Epidemiológico HIV/AIDS 2012. Disponível em: www.aids.gov.br/sites/.../2012/.../boletim_2012_final_1_pdf_21822.pdf..> Acesso em 28 de jul. de 2013. Às 20h e 05 min.

BORGES, Z, N. & MEYER, D. E. Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 16, 59-76. 2008.

CARRARA, S. et al.(Orgs.). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade**. v.3, Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres, 2009.

COSTA, A. C. G. (1999) **O adolescente como protagonista**. In N. Schor, M. S. T. Mota, & V. C. Branco (Eds.), *Cadernos juventude, saúde e desenvolvimento*. Brasília: Ministério da Saúde.

GGE-RJ/SPE- Cronologia de ações sobre educação sexual nas escolas brasileiras. 2010.
Acesso em: <<http://spe-gge-rj.blogspot.com...>> Acesso em 13 de jul. de 2013, às 20h e 32min.

MIRANDA, S.E. **O papel do professor na orientação sexual infantil**. Dissertação de Pós-graduação Projeto a Vez do Mestre da Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro 2005.

MONTEIRO, S. **Qual prevenção? Aids, sexualidade e gênero em uma favela carioca**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MOHR, A. A educação em saúde na escola: panorama e questionamento a partir de depoimentos de professores de ciências de Florianópolis. In: Selles, S.E.; Ferreira, M.S.; Barzano, M.A.L.; Silva, E.P.Q. **Ensino de biologia: histórias, saberes e práticas formativas**. Uberlândia: EDUFU, 2009. p. 107-126. OMS. **Consulta técnica sobre saúde sexual**. Disponível em: <http://www.sinus.org.br/2011/press/downloads/oms.pdf>. .> Acesso em 02 de mai de 2014, às 20h e 22min.

PEREIRA, Z.M. **Sexualidade e gênero na pesquisa e na prática de ensino em biociências e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014

PERIÓDICOS: Saúde e Sociedade. Disponível em:
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/periodicos/saude_sociedade_19_supl2.pdf ...> Acesso em 23 de ab. de 2014, às 20h e 04 min.

PROGRAMAS E PROJETOS - SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS – SPE. Disponível em: <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?...>> Acesso em 23 de jul. de 2013, às 09h6 min.

ROSA, R.F. **Jovens multiplicadores de um programa de prevenção de DST/Aids no Estado do Rio de Janeiro: Uma análise da experiência da educação entre pares**. Dissertação de Mestrado da Pós-graduação de Ensino em Biociências e Saúde do IOC/Fiocruz Rio de Janeiro, 2010.

SAYÃO, Yara. **Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários**. In: SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. UFSC, Florianópolis, 2000.

SERRA, A. S. L.; MOTA, M. S. F. T. Adolescentes promotores de saúde. In: RAMOS, F. R.S.; NITSCHKE, R. G. (Org.). **Projeto Acolher: um encontro da enfermagem com o adolescente brasileiro**. Brasília: ABEn/Governo Federal, 2000. p.56-60



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Oswaldo Cruz
Curso de Especialização em Biociências e Saúde

APÊNDICE 1 – Roteiro da Entrevista²

CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade em 31 de dezembro de 2013: _____ anos

Escolaridade:

Escolaridade e ocupação da mãe:

Escolaridade e ocupação do pai:

Local de moradia:

ACESSO e MOTIVAÇÃO PARA O PROJETO E À CAPACITAÇÃO

1- Acesso ao projeto de prevenção sobre DST/Aids

1a- Como foi convidado para participar do grupo?

1b- O que te levou a participar do projeto de Prevenção sobre DST/Aids?

1c- Quando você entrou para o Projeto de Prevenção sobre DST/Aids?

2- Capacitação DST/AIDS (conhecimento, vivências e representações)

2a - O que aprendeu durante a capacitação do Projeto de Prevenção sobre DST/Aids?

2b O que deve ser abordado em um trabalho educativo de prevenção das DST/Aids?

2c- Como esses temas devem ser abordados?

2d- Você recebeu algum material educativo (folheto, folder, cartilha) durante o projeto?

Qual? Como ele foi utilizado?

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

3- Visão pessoal do projeto e das atividades realizadas

3a- Quais atividades (pontuais ou contínuas) você realizou na escola como multiplicador enquanto você era aluno?

3b- Como eram definidas/escolhidas/planejadas as atividades educativas desenvolvidas nas escolas? Qual era o público alvo (variações e conexões)?

3c- Quais os principais problemas encontrados durante as atividades educativas? E as facilidades?

3d- O que você espera atingir com as atividades de multiplicador do Projeto de Prevenção sobre DST/Aids? Você tem conseguido atingir os seus objetivos com os jovens? Que evidências ou indicações revelam que seus objetivos foram alcançados?

² O roteiro da entrevista teve por base o estudo realizado por Rosa, R.F. Jovens multiplicadores de um programa de prevenção de DST/Aids no Estado do Rio de Janeiro: Uma análise da experiência da educação entre pares. Dissertação de Mestrado da Pós-graduação de ensino em biociências e saúde do IOC/Fiocruz Rio de Janeiro, 2010.

3e- Efeitos da participação no Projeto de Prevenção sobre DST/Aids na visão pessoal e profissional: Como foi esta experiência em termos pessoais? Se essa experiência teve alguma influência nas relações sociais e nas escolhas profissionais.

3f- Comentários, dúvidas e perguntas.

APÊNDICE 2– Questionário aplicado na Unidade Escolar pelos multiplicadores em novembro de 2010

PROJETO: SPE em Ação

CARACTERIZAÇÃO DOS JOVENS

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade em 31 de dezembro de 2010: _____ anos

• **Conhecendo o perfil de prevenção dos alunos do Colégio**

1- Sobre sexo:

- () Já fiz
- () Não fiz
- () Não fiz, mas tenho vontade
- () Tenho vontade, mas tenho receio
- () Não estou preparado

2- Em seus relacionamentos:

- () Já tive relação sexual e eu/parceiro usou preservativo
- () Já tive pelo menos uma relação sexual sem camisinha
- () Tenho relação sexual quando tenho alguém, mas não uso preservativo
- () Nunca tive uma relação sexual

3- Acho que camisinha:

- () É fácil de colocar
- () Pode ser usada com prazer
- () Não precisa ser usada com quem se ama e confia
- () Não dá para usar, pois diminui o prazer
- () É boa para evitar filhos, DSTs/HIV

4- Tenho facilidades ou dificuldades para conseguir camisinha:

- () Não tenho onde conseguir
- () Nunca tenho onde conseguir quando preciso, mas não perco a transa por isso.
- () Sempre tenho pois compro na farmácia ou busco no posto de saúde
- () Não procuro ou compro, pois além da vergonha, acho que vão pensar mal de mim.
- () Só meu parceiro/a cuida disso

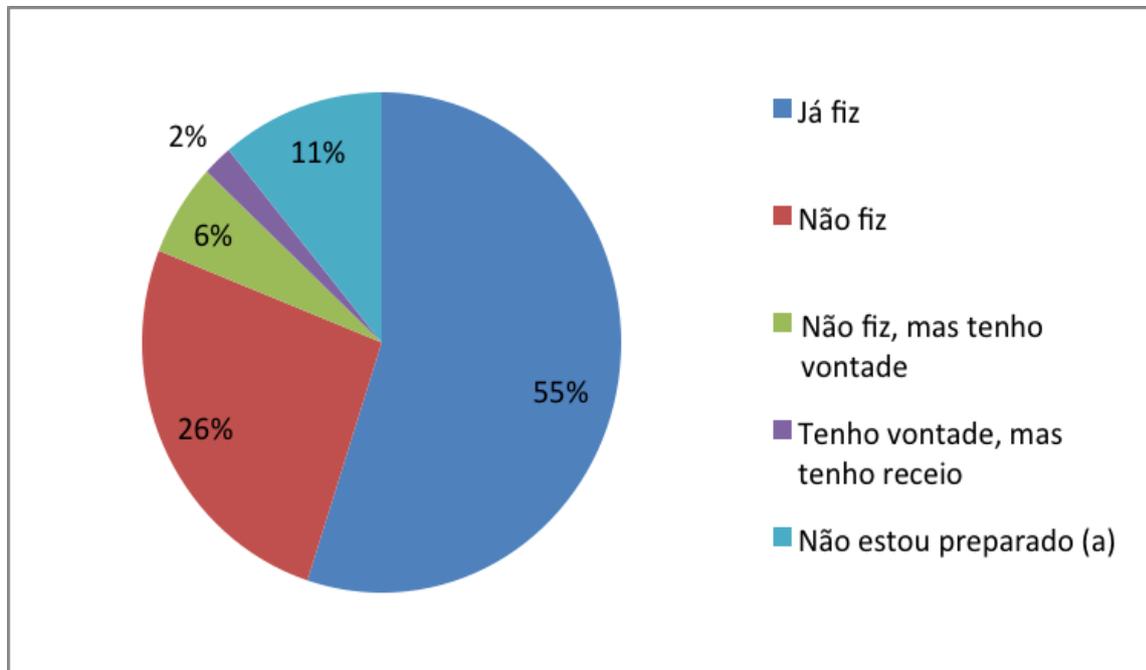
5- Posso contar com outras pessoas sobre sexualidade e prevenção

- () Posso, converso com um adulto com quem convivo
- () Posso, converso com amigos da minha idade
- () Não posso, pois não tenho nenhum adulto com quem possa falar sobre este assunto
- () Não posso, pois não tenho ninguém para conversar sobre este assunto

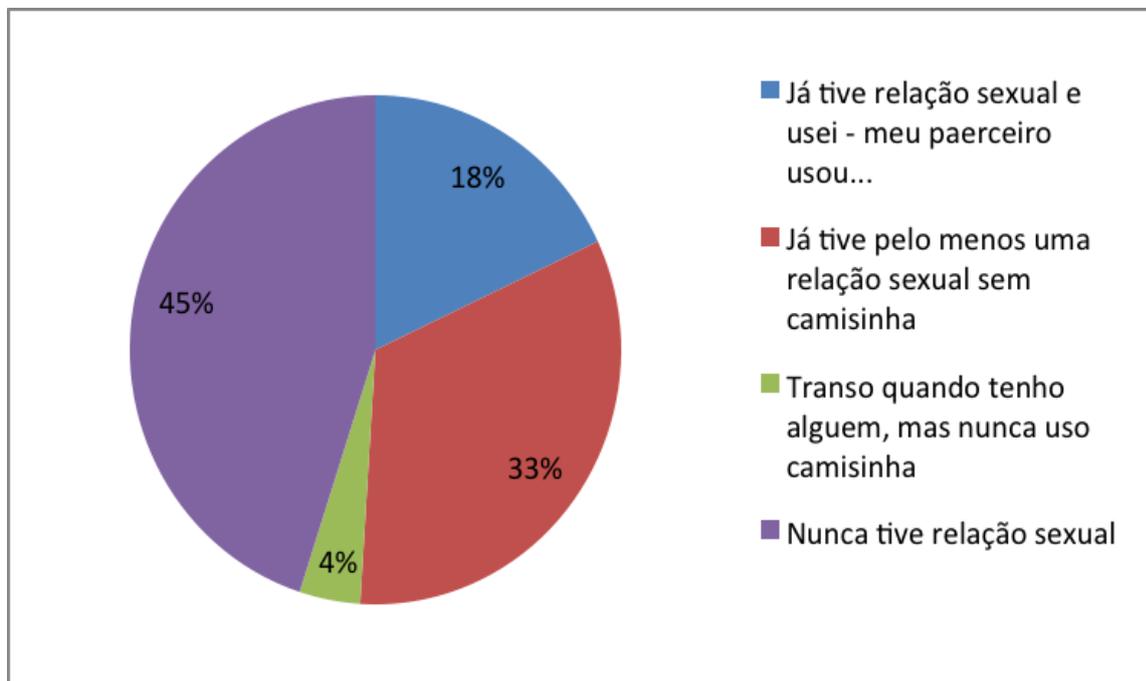
APÊNDICE 3 – Resultados obtidos no primeiro questionário aplicado a 320 alunos (as) do ensino médio do Colégio estudado.

O questionário era composto por 5 perguntas, versadas sobre os seguintes temas:

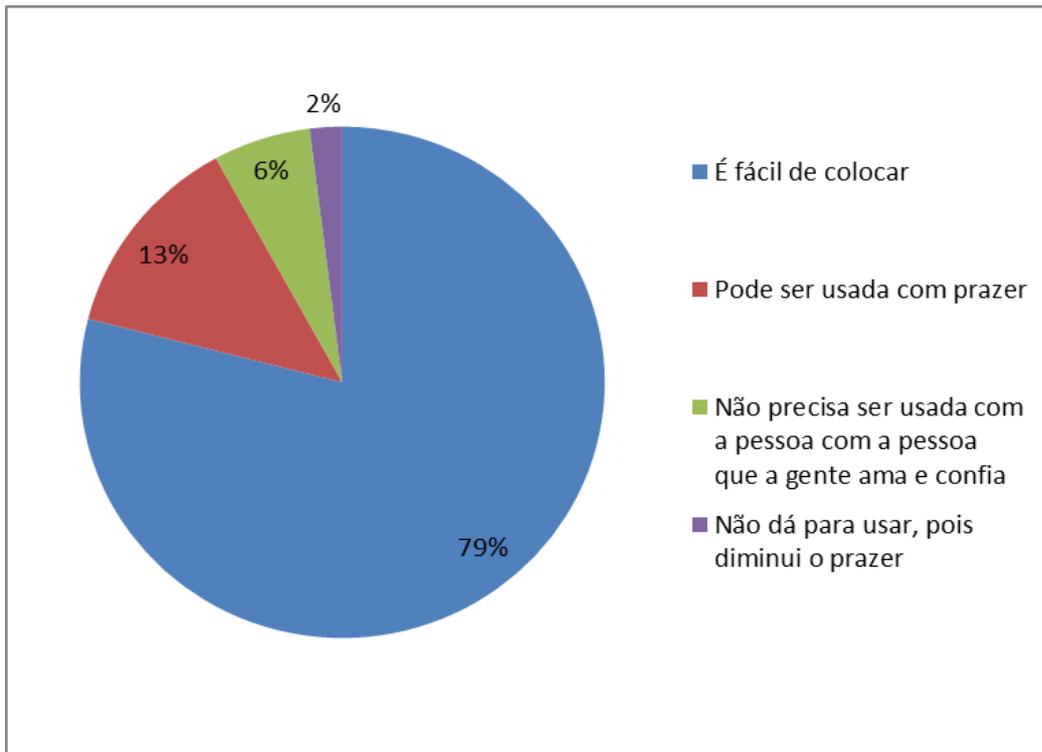
6.1) Sobre o sexo...



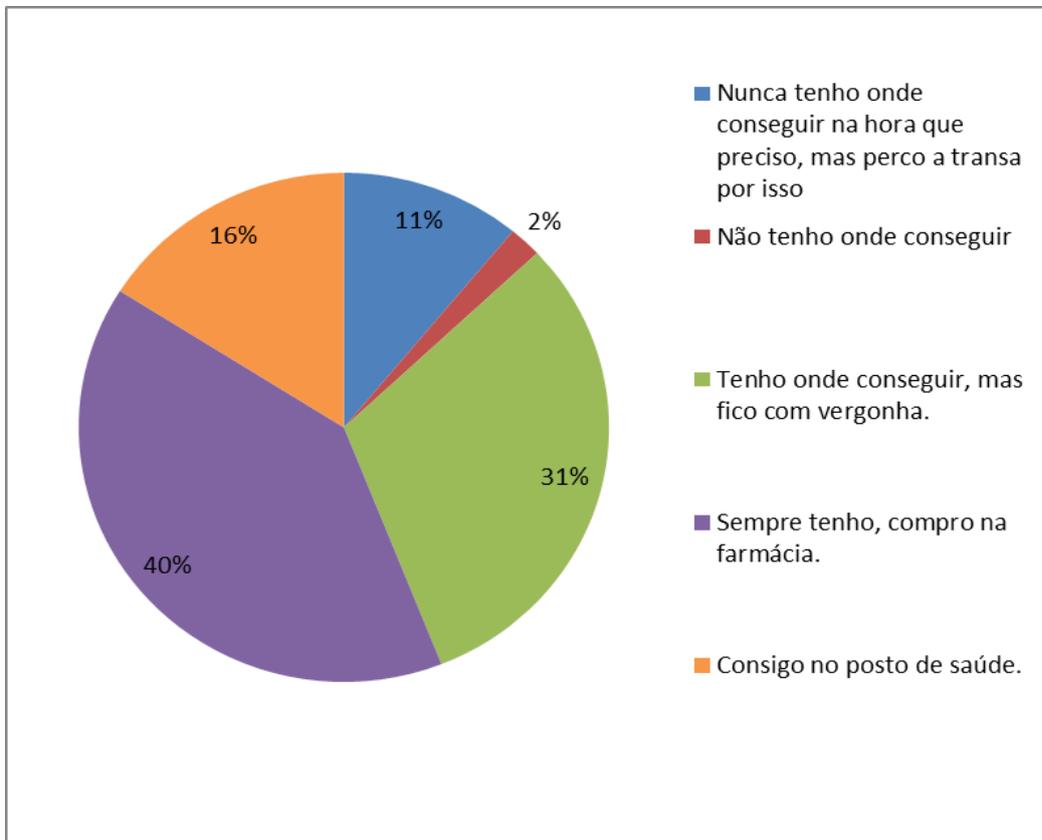
6.2) Em seus relacionamentos...



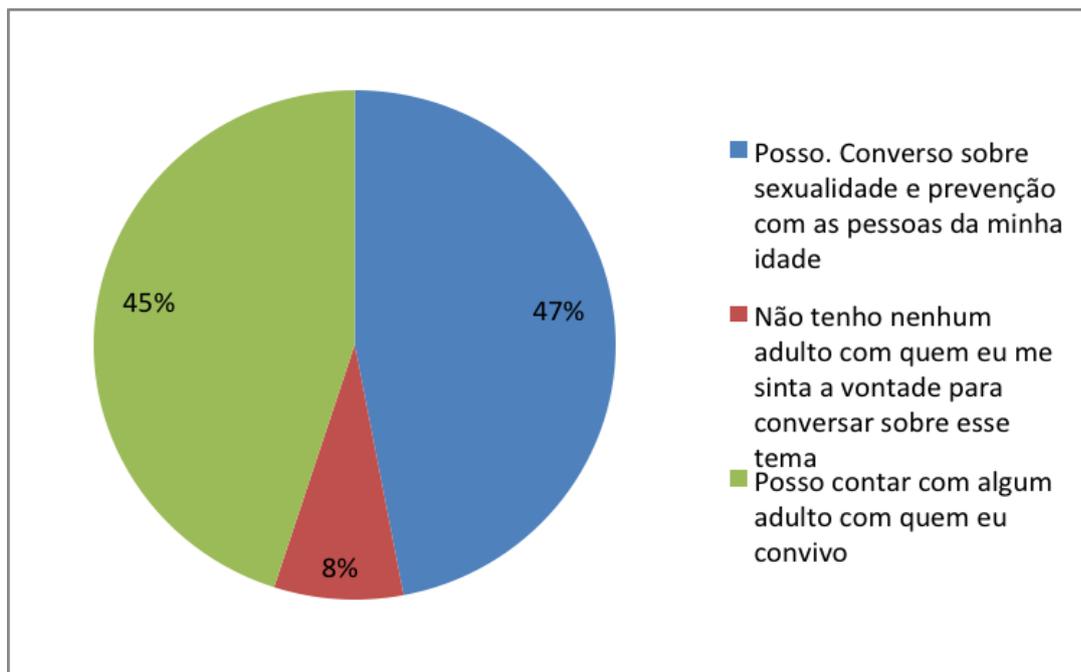
6.3) Acho que a camisinha...



6.4) Tenho facilidade ou dificuldades para conseguir camisinhas?



6.5) Posso contar com outras pessoas para conversar sobre sexualidade e prevenção?



ANEXO 1 – Autorização para pesquisa



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Oswaldo Cruz
Curso de Especialização em Biociências e Saúde

ANEXO 2 – Autorização para pesquisa

Por meio deste documento, autorizo a professora pesquisadora Andreia Nunes Costa Ciarlini, matriculada no Curso de Especialização em Biociências e Saúde/ FIOCRUZ, a efetivar uma pesquisa sobre “As atividades educativas de alunos multiplicadores do Projeto Saúde e prevenção nas Escolas de um colégio da região metropolitana do Rio de Janeiro nesta unidade de Ensino Público na qual exerço a função de Diretora. Foi-me esclarecido que os sujeitos da pesquisa serão os alunos e ex-alunos matriculados no Colégio Estadual Alcindo Guanabara, situado no endereço rua Joaquim Coelho, nº 139, centro, Guapimirim, Rio de Janeiro, participantes de um Programa de Prevenção em DST/AIDS desenvolvido nesta unidade de Ensino.

Os alunos convidados a participar da pesquisa foram selecionados por seu **envolvimento como multiplicadores** de um Projeto Governamental de Prevenção de DST/AIDS, e sua participação não é obrigatória, mas voluntária. A qualquer momento, os alunos e/ou seus responsáveis poderão desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a coordenação e demais participantes do projeto. O objetivo da pesquisa é estudo objetiva analisar as atividades desenvolvidas pelos jovens multiplicadores no colégio Alcindo Guanabara ao longo dos anos de 2010 e 2011.

A participação dos alunos consistirá em participar de uma entrevista. Os dados ficarão em poder da pesquisadora. Não existem riscos diretos relacionados com a participação dos alunos e o benefício é contribuir com informações relevantes para a melhorar a atuação nas ações realizadas pelos jovens na unidade escolar.

As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o sigilo pois os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Participar dessa pesquisa não implicará em nenhum custo para os alunos, e, como voluntário, eles também não receberão qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Esta unidade de Ensino receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento. Obs: Faz-se necessário lembrar que a pesquisadora em questão é docente desta unidade escolar.

Pesquisadora	Orientadora
Andreia Nunes Costa Ciarlini Telefone: (21) 9404-5687 E-mail: andraciarlini@hotmail.com	Simone Monteiro - Instituto Oswaldo Cruz Lab. de Educação em Ambiente e Saúde Av. Brasil 4365, RJ- CEP:21040-900 Pav. Lauro Travassos- sala 49 Tel: (21) 2562 1607 E-mail: msimone@ioc.fiocruz.br

Rio de Janeiro, 02 de março de 2014


.....
Diretora
Helene Augusta do Couto Martin
Diretora Geral - Mat. 0231-430-0
C. E. ALCINDO GUANABARA

ANEXO 2 - Termo de Consentimento Livre Esclarecido



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Oswaldo Cruz
Curso de Especialização em Biociências e Saúde

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu,responsável pelo menorautorizo a participação na pesquisa “**As atividades educativas de alunos multiplicadores do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas de um colégio da região metropolitana do Rio de Janeiro.** O jovem foi selecionado por seu envolvimento como multiplicador de um Projeto Governamental de Prevenção da DST/Aids, e sua participação não é obrigatória, mas voluntária. A qualquer momento ele pode desistir de participar e de retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a coordenação e demais participantes do Projeto. O objetivo da pesquisa é analisar as atividades desenvolvidas pelos jovens multiplicadores de um determinado colégio estadual da região metropolitana do Rio de Janeiro ao longo dos anos de 2010 e 2012.

A participação dos alunos nesta pesquisa consistirá em conceder uma entrevista. Os dados ficarão em poder da pesquisadora. Não existem riscos diretos relacionados com a participação dos alunos e o benefício é contribuir com informações relevantes para melhorar a atuação nas ações realizadas pelos jovens na unidade escolar.

As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos que os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Participar desta pesquisa não implicará em nenhum custo para os alunos, e, como voluntário, eles também não receberão qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Pesquisadora	Orientadora
Andreia Nunes Costa Ciarlini Telefone celular: (21) 9404-5687 e-mail: andraciardini@hotmail.com	Simone Monteiro - Instituto Oswaldo Cruz Lab. de Educação em Ambiente e Saúde Av. Brasil 4365, RJ- CEP:21040-900 Pav. Lauro Travassos-sl 49 Tel: (21) 2562 1607 - E-mail: msimone@ioc.fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Rio de Janeiro,.....dede 2014

.....
Nome e Assinatura do responsável

.....
Nome e assinatura da pesquisadora

ANEXO 3 – Termo de Consentimento Livre Esclarecido



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Instituto Oswaldo Cruz
Curso de Especialização em Biociências e Saúde

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado jovem:

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “**As atividades educativas de alunos multiplicadores do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas de um colégio da região metropolitana do Rio de Janeiro.** Você foi selecionado por seu envolvimento como multiplicador de um Projeto Governamental de Prevenção de DST/Aids, e sua participação não é obrigatória, mas voluntária. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora, com a coordenação e demais participantes do Projeto. O objetivo da pesquisa é analisar as atividades desenvolvidas pelos jovens multiplicadores de um determinado colégio estadual da região metropolitana do Rio de Janeiro ao longo dos anos de 2010 e 2011.

A sua participação consistirá em dar uma entrevista sobre sua atuação no projeto. Os dados ficarão em poder da pesquisadora. Não existem riscos diretos e o benefício relacionado com a participação é contribuir com informações relevantes para melhorar a atuação nas ações realizadas pelos jovens na unidade escolar.

As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o sigilo, pois os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. Participar dessa pesquisa não implicará em nenhum custo e, como voluntário, você não receberá qualquer valor em dinheiro como compensação pela participação.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador responsável, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento. Obs: É necessário lembrar que a pesquisadora em questão é docente desta unidade escolar.

Pesquisadora	Orientadora
Andreia Nunes Costa Ciarlini Telefone celular: (21) 9404-5687 e-mail: andraciarlini@hotmail.com	Simone Monteiro - Instituto Oswaldo Cruz Lab. de Educação em Ambiente e Saúde Av. Brasil 4365, RJ- CEP:21040-900 Pav. Lauro Travassos-sala 49 Tel: (21) 2562-1607-E-mail: msimone@ioc.fiocruz.br

Declaro que entendi os objetivos, os riscos e os benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Rio de Janeiro,.....dede 2014

.....
(Nome e assinatura do participante)

.....
Nome e assinatura da pesquisadora